

## O MOVIMENTO ESTUDANTIL E O MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO DO TRABALHO: UMA LEITURA A PARTIR DE ISTVÁN MÉSZÁROS.

Jordana de Souza Santos  
Mestre em Ciências Sociais  
Unesp – campus Marília

**Resumo:** Este trabalho pretende analisar o Movimento Estudantil (ME) brasileiro por meio das reflexões contidas nas obras do autor István Mészáros, especialmente em seu livro *Para Além do Capital*. O ME debate questões importantes sobre a educação e a conjuntura e, como movimento social, realiza manifestações por mudanças na sociedade. Porém, por ser um movimento que não se define por uma determinada classe social, tende a não se transformar em um movimento revolucionário. Assim, a hipótese deste trabalho se baseia no fato de que o ME atua como um movimento emancipatório dotado de uma questão específica, isto é, um movimento que para cumprir sua função deve acompanhar o movimento emancipatório do trabalho. Este, por sua vez, está articulado ao sistema de reprodução sociometabólica do capital a partir do tripé *Capital, Trabalho e Estado* cuja separação deve ser buscada em sua totalidade, num movimento de autoemancipação da humanidade. Neste limite, o ME atuaria na chamada *linha de menor resistência ao capital*, segundo o pensamento de Mészáros.

### Apresentação

O estudo dos movimentos sociais vem crescendo consideravelmente no Brasil e no mundo visto que vivenciamos um momento de predomínio dos chamados novos movimentos sociais como, por exemplo, o movimento negro, ecologista, feminista, que se ocupam de questões que afetam diretamente o cotidiano das pessoas como o preconceito, o racismo, a exclusão social, a violência<sup>1</sup>. Estes novos movimentos sociais passaram a ocupar um lugar decisivo nas mobilizações antiglobalização que marcaram a década 1990 no mundo todo, caracterizando-se, em sua maioria, não como mobilizações de massas ou de grupos que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização; passaram a lutar por participação democrática, criando um diálogo com o Estado através de fóruns de negociação. (Cf. GOHN, 2003).

---

<sup>1</sup> Estes movimentos sociais ganharam maior expressividade com as manifestações do ano de 1968 que se caracterizaram como protestos pautados nas reivindicações das minorias sociais. Esta caracterização dos protestos de 1968 permite classificar estes movimentos como não classistas, ou seja, sua luta não tem como base o modo de produção e a luta de classe. Para saber mais ver GROppo, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 60*. Tese de Doutorado (Sociologia) – IFCH, Unicamp, Campinas, 2000.

O projeto político dos novos movimentos sociais é policlassista, contempla questões que vão além das carências socioeconômicas. Segundo Gohn (2003), os movimentos sociais se redefiniram de acordo com a conjuntura do novo milênio, mas também foram co-artífices dessa nova conjuntura, pelo que ela continha de positivo, em termos da conquista de direitos sociais resultado das mobilizações dos anos 1980. Ao mesmo tempo, foram vítimas das políticas neoliberais que procuraram enfraquecer os setores mais organizados. Por isso, estes movimentos sociais tiveram que se adequar diante das possibilidades de atuação. Aqueles com matizes partidário-ideológicas se enfraqueceram, fortalecendo-se os que tinham o perfil de demandas mais universais como os movimentos pela paz e dos ecologistas.

Apesar de divergências nas bibliografias que tratam do movimento estudantil, este pode ser classificado como um novo movimento social haja vista que suas reivindicações são específicas de uma categoria social. O ME brasileiro se inscreve na história recente de nosso país como um movimento social de considerável importância, tendo participação política e ativa em diversos momentos como no período do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar instaurada em 1964. Os estudantes universitários e secundaristas se manifestavam pela liberdade de expressão, contra a censura e a repressão, por melhoras na educação e na sociedade como um todo. A UNE (União Nacional dos Estudantes), a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundarista), os DCEs (Diretórios Centrais de Estudantes) e UEEs (União Estadual Estudantil) eram as entidades que representavam o ME, sendo lideradas por partidos e organizações políticas responsáveis pela orientação ideológica e pela condução das ações dos estudantes. (Cf. POERNER, 1979; SANTOS, 2010).

Embora a atuação política dos estudantes seja exaltada apenas nos períodos dos governos autoritários, é importante ressaltar que o ME manteve, ainda que em menor grau, sua participação política enquanto movimento social no contexto pós-democratização. O episódio mais significativo deste período é o das manifestações pelo Impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992, em que jovens e estudantes saíram às ruas, movimento que ficou conhecido como “Caras pintadas”. A luta contra a corrupção foi a marca deste movimento que recebeu apoio de entidades diversas como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a UNE e partidos políticos. (Cf. BARBOSA, 2007; COSTA, 2004).

Ainda nos anos 1990, os estudantes se manifestaram contra a política neoliberal do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e sua vertente para a educação, além de se manifestarem contra as inúmeras privatizações. Na UNE havia uma forte presença de partidos de oposição ao governo como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o

PC do B (Partido Comunista do Brasil) que impulsionavam as manifestações contra o governo federal. (Cf. CALDEIRA, 2008; PAULA, 2009).

Nas décadas seguintes, presenciamos um notável refluxo nas manifestações estudantis, já iniciado nos anos 1990 e visto deste modo quando comparado aos períodos anteriores que foram de grande efervescência política. A UNE perdera sua representatividade entre os estudantes, pois tornara-se uma entidade de bases governistas (PT e PC do B); logo, houve um recuo em suas manifestações contra o governo do presidente Lula (2003-2010), se comparado ao governo anterior. A partir desse momento o ME começou a se organizar em torno das entidades estudantis, como os DCEs, que se tornaram mais combativas e críticas à política governista. A UNE assumiu cada vez mais uma posição de negociação com o governo enquanto o ME exigia a volta de uma postura mais radical como era nos tempos da ditadura militar. (Cf. PAULA, 2009). Nos dias atuais, isto é, no governo Dilma (2011-2014), podemos dizer que o distanciamento entre a UNE e o movimento estudantil a nível nacional prevalece, assim como, a organização dos estudantes em torno das entidades ou coletivos de ação ou agrupamentos políticos dentro do ME<sup>2</sup>.

Por meio de pesquisa realizada junto à FAPESP durante a Graduação e o Mestrado em Ciências Sociais que resultaram, respectivamente, em Trabalho de Conclusão de Curso e Dissertação de Mestrado<sup>3</sup>, podemos concluir que, historicamente, o ME tem se distanciado cada vez mais de uma prática verdadeiramente emancipatória e se delineado como um movimento que não possui uma consciência definida. Nestas pesquisas estudamos o ME no contexto da Ditadura Militar entre os anos 1964/1984 onde concluímos que, parafraseando Walter Benjamin<sup>4</sup>, “os estudantes lutam apenas no âmbito das reivindicações burguesas”; querem uma educação melhor, porém, estão mais preocupados com as más condições das universidades, algo que pode comprometer seu futuro profissional, do que com a questão da educação estar a serviço do capital. Lukács, em entrevista, também cita brevemente que as agitações e pretensões revolucionárias estudantis carecem de consistência teórica e prática.

---

<sup>2</sup> Em pesquisa nos sites dos DCEs de algumas universidades públicas brasileiras encontramos grupos ditos de esquerda, bem como, grupos ditos de direita. Há ainda aqueles que se pronunciam como apartidários. É o caso da LER-QI (Liga Estratégica Revolucionária – Quarta Internacional), RECC (Rede Estudantil Classista Combativa), Movimento Estudantil Liberdade, entre muitos outros.

<sup>3</sup> Ver SANTOS, J. S.: *Unidade e diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. Trabalho de conclusão de curso – Faculdade de Filosofia e Ciências. Unesp, Marília-SP, 89 p. 2006 e SANTOS, J. S. *A atuação das tendências políticas no ME da USP no contexto da ditadura militar dos anos 70*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 120p, 2010.

<sup>4</sup> BENJAMIN, Walter. *A Vida dos Estudantes*. In: *A Criança, o Brinquedo, a Educação*. São Paulo: Summus, 1984. Disponível em: <http://movimentosjuvenisbrasileirosparte2.blogspot.com.br/2009/07/texto-vida-de-estudante-de-walter.html>. Acesso 01/12/2013.

“Gestos escandalosos, *happening* e palavras de ordem não mudam realidade alguma. Os estudantes, antes de sair às ruas protestando, deveriam fazer a lição de casa: estudar atentamente a história e a realidade presentes (p. 334)<sup>5</sup>.” Assim, Lukács se refere a certo voluntarismo da luta estudantil que pode ser ainda encontrado nas formas de luta atuais desse movimento.

Durante os “anos de chumbo”, embora os partidos e organizações de esquerda fizessem um trabalho intenso de conscientização dos estudantes<sup>6</sup>, começavam a aparecer “novas influências teóricas e ideológicas”, isto é, interpretações que demarcavam o “fim da história”, o “fim da ideologia”, o “fim da categoria trabalho”, o “fim do proletariado” e, conseqüentemente, do “sujeito revolucionário e historicamente determinado”<sup>7</sup>. Possuindo abrangência quase total nos meios intelectuais a partir dos anos 1970, essas interpretações formam uma corrente teórica que tem crescido consideravelmente nos últimos tempos: as teorias pós-modernas. José Paulo Netto (2010) destaca o denominador comum das teorias pós-modernas:

a) aceitação da imediatividade com que se apresentam os fenômenos socioculturais como expressão da sua inteira existência e do seu modo de ser; assim, de uma parte, tende-se a suprimir a distinção clássica entre aparência e essência e, sobretudo, a dissolver a especificidade das modalidades de conhecimento – donde, por conseqüência, a supressão da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico; b) a recusa de *totalidade* – uma dupla recusa: no plano filosófico, a recusa se deve à negação de sua efetividade; no plano teórico, recusa de seu valor heurístico, ora porque anacrônico em face das transformações societárias contemporâneas, ora porque se lhe atribuem (ilegitimamente) conexões diretamente políticas – ou pelas duas ordens de fatores; c) a semiologização da realidade social: o privilégio (quase monopólio) concedido às dimensões simbólicas na vida social acaba por reduzi-la, no limite, ou à pura discursividade (“tudo é discurso”) ou ao domínio do signo e/ou à instauração abusiva de hiper-realidades. (NETTO, 2010 p. 262)

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.74809810123229.pdf>. Acesso em 18/12/2013.

<sup>6</sup> As tendências estudantis por meio de debates e grupos de estudos (os chamados Grupos de Estudos Revolucionários) relacionavam as reivindicações estudantis à dinâmica do sistema capitalista no qual a concepção de educação e o modelo de universidade estavam voltados aos interesses do mercado de trabalho. Esta conexão entre as reivindicações estudantis e a crítica ao capitalismo e, por conseguinte, a luta contra o mesmo, resultaria na formação de uma consciência crítica. Estes grupos de estudos eram realizados clandestinamente pelas organizações de esquerda que nas universidades eram representadas pelas chamadas tendências estudantis como Liberdade e Luta, Caminhando e Refazendo e consistiam em discussões e estudos baseados no marxismo.

<sup>7</sup> Marcelo Ridenti (2010), ao tratar da ampla aceitação do livro *Tudo o que é sólido desmancha no ar* de Marshall Berman no final da década de 1970, faz referência a essas interpretações que classificavam as crises do sistema capitalista como forças de resistência que levavam os indivíduos a se adaptarem e a aceitarem a mudança permanente como desenvolvimento ininterrupto da humanidade. Isto é, a ordem capitalista não deve ser derrubada, cabendo aos indivíduos superarem as crises do sistema.

As teorias pós-modernas criticam a razão moderna, desqualificando a noção de totalidade e universalidade, efetuando a presentificação do passado, desmentindo os ideais revolucionários, pois o capitalismo se colocou como a etapa final do desenvolvimento da humanidade, questionando a ciência e glorificando o relativismo. As discussões das teorias pós-modernas não realizam a crítica ao capitalismo, pois se concentram em práticas políticas minimalistas que apelam para o “multiculturalismo” e o “direito à diferença”.

Por fim, o pós-modernismo requer, como componente político fundamental, um sentimento de desalento, de impotência e de apatia coletivos, frutos em geral de uma derrota estratégica das forças políticas e ideológicas empenhadas em transformações sociais radicais (EVANGELISTA, 2006, p. 274).

Nesses termos, as figuras do partido de vanguarda e do intelectual militante ganham uma nova roupagem. Em fins dos anos 1970, o movimento dos trabalhadores parecia “caminhar com as próprias pernas”, sem necessitar de nenhum apoio intelectual ou partidário. Começava a prevalecer o intelectual de carreira que ocuparia o cargo de professor universitário e não estaria mais nas fileiras do partido como intelectual orgânico (Cf. RIDENTI, 2010). No Brasil o refluxo dos movimentos sociais a partir destes anos foi consequência, de certo modo, do reconhecimento das suas reivindicações pelo Estado. Conforme explicita Ridenti (2010), o cenário político dos anos 1980 impôs a renovação dos parâmetros de esquerda, a revalorização da democracia, da individualidade, das lutas das minorias e pelas liberdades civis.

O ME foi afetado por essas mudanças. Nas pesquisas supracitadas, constatamos que as divergências entre as tendências políticas causaram certo distanciamento entre a massa estudantil e os militantes. Portanto, podemos dizer que este distanciamento, de certa forma, é fruto da desvalorização dos ideais revolucionários. O ME incorporou a práxis dos chamados novos movimentos sociais ao priorizar uma luta meramente reivindicativa ao mesmo tempo em que este parece ser o terreno que permite maior aproximação com a massa estudantil.

Neste trabalho será adotada perspectiva distinta daquela que considera que as “novas práticas e representações sociais” estão substituindo os “velhos” sujeitos sociais como a classe operária. (Cf. EVANGELISTA, 1992). Pretende-se recuperar o marxismo como instrumento metodológico de pesquisa, especialmente pelas reflexões contidas nos estudos do pensador húngaro István Mészáros como em seu livro *Para além do capital* (2011) onde o autor faz um esboço das características do sistema de reprodução sociometabólica do capital, frisando

sobre a necessidade da autoemancipação do trabalho para os movimentos sociais que tenham como núcleo fundante a classe trabalhadora.

### **Análise metodológica do objeto**

Entendemos que o contexto atual colabora para o crescimento dos chamados novos movimentos sociais. A ideologia burguesa e neoliberal legitima manifestações que reivindicam o diálogo com o Estado em vez de ações que contestem a ordem social vigente. A sociedade civil, lugar onde se encontram partidos, sindicatos, associações que poderiam representar as classes subalternas na luta contra-hegemônica perdeu a conotação de espaço do desenvolvimento da luta de classes e passou a ser simples conjunto de indivíduos que se reúnem nas mais diversas entidades para reivindicarem seus direitos. (Cf. TONET, s/d). Cada vez mais os espaços da sociedade civil são controlados pelo Estado para efeitos de manutenção da hegemonia da classe dominante, criando-se o consenso através da liberdade de contestação e organização concedida às classes subalternas (Cf. GRAMSCI, 2007).

Assim, em que medida podemos dizer que a sociedade civil ao incorporar a luta democrática cidadã contribui para o fortalecimento da *lógica do capital*<sup>8</sup>? Em *Para além do Capital*, Mézáros (2011) defende a tese de que o sistema de reprodução sociometabólica do capital é incontrolável, não tem limites para sua expansão, atingindo não apenas o setor econômico, mas todos os aspectos da vida humana. Nesses termos, o autor discorre sobre algumas contradições inerentes ao sistema do capital dentre as quais estão: a contradição entre uma perda efetiva de controle e a forma vigente de controle, o capital, “que pela sua natureza somente pode ser controle, dado que é constituído mediante uma objetivação alienada da função de controle, como um corpo reificado separado e em oposição ao próprio corpo social” (MÉSZÁROS, 2011 p. 991); a contradição interna “de um sistema de produção e controle que não pode evitar o aumento das expectativas, mesmo ante a ameaça de um completo colapso de sua capacidade em satisfazê-las” (MÉSZÁROS, 2011 p. 996).

Em relação à primeira contradição sugerida pelo autor, o sistema do capital necessita de um controle baseado na reprodução das condições alienantes e fetichizadas que mantêm o indivíduo em condições de reificação do qual não se pode escapar. Porém, o capital encontra-se em estado de crise *crônica, cumulativa e permanente*, uma crise estrutural, ou seja, que é intrínseca ao sistema. Apesar da *política de consenso* ser um fator importante na manutenção

---

<sup>8</sup> MESZAROS, Istvan. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

do controle social, as instituições capitalistas já não cumprem este papel devido à crise estrutural que é uma verdadeira *crise de dominação geral* que representa o choque do sistema com os seus próprios limites e ao poder do capital que não consegue se expandir, embora não se esgote.

A consciência dos limites do capital tem estado ausente em todas as formas de racionalização de suas necessidades reificadas, e não apenas nas versões mais recentes de ideologia capitalista. Paradoxalmente, contudo, o capital é agora compelido a tomar conhecimento de alguns destes limites, ainda que, evidentemente, de uma forma necessariamente alienada. Pelo menos agora os limites *absolutos* da existência humana – tanto no plano militar como no ecológico – têm de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (MÉSZÁROS, 2011 p. 993).

Isto significa que hoje, mais do que nunca, o capital está exposto aos problemas gerados pelo seu sistema de dominação que impõe a subordinação do sujeito à sua forma de reprodução sociometabólica desumana, fazendo com que as contradições se agravem. Como salienta Mézáros (2011), as “maravilhas” do capitalismo não foram socializadas pelos quatro cantos do mundo, enquanto que os seus desastres, estes sim, atingem de maneira global os lugares mais isolados. Além do que, o *irrefreável e incontrollável* sistema de reprodução sociometabólica do capital necessita cada vez mais de intervenções que desempenham o papel de “ajuda externa” que têm sido insuficientes na tarefa de garantir a estabilidade e a vitalidade do sistema (Cf. MÉSZÁROS, 2011). Assim, o “necessário insucesso dos programas de manipulação imprevidente atua como *catalisador* para o desenvolvimento de alternativas socialistas” (MÉSZÁROS, 2011 p. 994).

Segundo Mézáros (2011), o sistema do capital possui uma lógica destrutiva baseado na generalização do desperdício e na subordinação do valor de uso ao valor de troca. Isto é, não importa para o capitalismo se uma mercadoria terá sanado o seu valor de uso ou se ela nunca será utilizada, pois para o capital de qualquer modo ela terá sua utilidade expansionista e reprodutiva (MÉSZÁROS, 2011 p. 660). Isto é o que Mézáros (2011) chamou de *taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias*.

Como resultado, novas potencialidades produtivas se abrem ao capital, cujo sistema não sofrerá qualquer consequência se a relação de alguém com um

dado produto for caracterizado pela taxa de utilização mínima ou máxima, pois essa taxa não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital, a saber: que uma certa quantidade de valor de troca foi realizada na mercadoria em questão através do próprio ato de venda independentemente de ser ela, na sequência, sujeita a uso constante, a pouco a nenhum uso (...). Nesse sentido, o que é verdadeiramente vantajoso para a expansão do capital não é um incremento na taxa (ou no grau) com que uma mercadoria – por exemplo, uma camisa – é utilizada e sim, pelo contrário, o decréscimo de suas horas de uso diário. Enquanto tal decréscimo for acompanhado por uma expansão adequada do poder aquisitivo da sociedade, cria-se a demanda por outra camisa. (MÉSZÁROS, 2011 p. 660-661).

O autor analisa que o modo capitalista de produção possui uma tendência geral que o coloca como “inimigo” da *durabilidade* e que aos poucos deve atuar no sentido de minar as “práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade” (MÉSZÁROS, 2011 p. 636). O capitalismo cria uma “sociedade de descartáveis” em que os bens de consumo duráveis são lançados ao lixo ainda que não estejam com sua vida útil comprometida.

Em relação à segunda contradição sugerida por Mézáros (2011), a de que o sistema não controla o aumento das expectativas, o sistema ignora e deturpa as manifestações de conflito, divorciando os efeitos das causas. A lógica do capital “não assume” seus resultados degradantes. Segundo o autor, as promessas deste sistema são ilusórias e fazem com que alimentemos expectativas em relação à ascensão socioeconômica. Porém, como a lógica deste sistema não inclui repartir as “maravilhas” do capitalismo, ocorrem conflitos com as populações não atingidas por essas benesses. E para controlar tais conflitos o sistema atua ideologicamente, culpando o indivíduo e não se responsabilizando pelo não atendimento às expectativas que ele mesmo ajudou a forjar. (MÉSZÁROS, 2011 p. 996).

Essas situações descritas brevemente podem levar os movimentos de massas socialistas a um despertar da consciência, segundo o autor. No entanto, voltamos à pergunta sobre de que forma a sociedade civil ao incorporar a luta por participação democrática pode contribuir para o fortalecimento da *lógica do capital*? Com base nos escritos de Mézáros (2011), a resposta a essa pergunta seria: ao adotar uma *linha de menor resistência*, pois somente uma ofensiva socialista pode impor uma ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital. Isso significa que o desafio maior dos movimentos socialistas é atacar o tripé *Estado – Capital – Trabalho*, retirando o trabalho do domínio do capital e superando a forma do Estado que é a base do sistema do capital.

Mézáros (2011) argumenta que no século XX não houve nenhuma experiência socialista que colocasse fim ao domínio do capital. Pelo contrário, que a experiência soviética



e a da social democracia criaram uma forma de socialismo burocrático que acabou fazendo a vez do Estado capitalista. Outra consequência negativa do socialismo soviético teria sido a política do socialismo em um só país, pois o sistema sociometabólico do capital é totalizante, ou seja, é por sua natureza *global e universal* de modo que, com relação aos problemas dos chamados Primeiro e Terceiro Mundo, não pode haver uma solução *separada*. Estes mundos “constituem *um* mundo apenas, em qualquer sentido significativo do termo, devido às profundas e inextricáveis interconexões dos sistemas socioeconômicos e políticos em questão”. (MÉSZÁROS, 2011 p. 876).

Na década de 1980 a crise do chamado socialismo real corroborou a vitória do capitalismo, de um lado, e o fim do Estado de bem estar social, do outro (Cf. EVANGELISTA, 2006). Este foi substituído pelo Estado neoliberal que favorece os direitos individuais à propriedade privada, as instituições de mercado de livre funcionamento e do livre comércio. (Cf. HARVEY, 2008). As redes mundiais, “a organização do mundo em um sistema descentrado através do qual circulavam em caráter permanente fluxos de informação e de capital, instaurando-se uma nova percepção da relação espaço-tempo” (EVANGELISTA, 2006 p. 273), assinalavam a globalização. Nesse ínterim, as interpretações das chamadas teorias pós-modernas, já mencionadas, dão respaldo a um discurso entre os intelectuais que afirma que as “novas práticas sociais” e as “novas falas e representações sociais”, constituídas com os chamados novos movimentos sociais, estão substituindo os “velhos” sujeitos sociais como, por exemplo, a classe operária. Na esteira dessas argumentações foi acoplado decisivamente o discurso de uma crise de paradigmas nas Ciências Sociais e, como consequência quase natural, uma necessidade de revisão do marxismo (Cf. EVANGELISTA, 1992).

Sendo assim, com base no contexto brevemente descrito neste trabalho, o ME coloca-se como um objeto de estudo em que é possível analisar todos esses temas que constituem a vida na sociedade moderna. Nos dias atuais, o cenário que presenciamos é de apatia, de conformismo, de individualismo, confirmado pelo desinteresse dos estudantes com relação à militância. O ME é um movimento social que se classifica como policlassista à medida que é constituído por uma categoria social transitória. Levando-se isto em conta, a questão que permeia este trabalho é: qual caminho o ME deve adotar para tornar-se um movimento emancipatório no sentido descrito por Mézáros (2011)? Pois, se o ME é um movimento social dotado de uma questão específica, para que se torne revolucionário, visto que é essencialmente reformista, o ME deve acompanhar o movimento emancipatório do trabalho, ou seja, vincular suas reivindicações à crítica ao sistema de reprodução sóciometabólica do

capital. Só assim, o ME, como outros movimentos sociais, em especial, os chamados novos movimentos sociais, deixaria de atuar no limite da *linha de menor resistência ao capital*.

## Referências

- GOHN, Maria da Glória (Org). *Movimentos Sociais do Início do Século XXI: Antigos e novos atores sociais* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BARBOSA, Carla Silva. *Movimento Estudantil e produções de subjetividades contemporâneas*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UERJ-Rio de Janeiro, 2007.
- CALDEIRA, Paula. *Juventude e participação política: trajetórias de participação de jovens no movimento estudantil e em partidos políticos no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia / Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. UFRJ-Rio de Janeiro, 2008.
- COSTA, Carla de Sant'Ana Brandão. *Movimento Estudantil Contemporâneo: uma análise compreensiva das suas formas de atuação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. UFPE-Recife, 2004
- GRAMSCI, Antonio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere*. Volume 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.
- EVANGELISTA, João Emanuel. Teoria social e pós-modernismo: a resposta do marxismo aos enigmas teóricos contemporâneos. In: *Cronos*, Natal-RN, v. 7, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2006.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- NETTO, José Paulo. Pósfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *Estruturalismo e Miséria da Razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- PAULA, Gil César Costa de. *A atuação da UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960-2009)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação/Faculdade de Educação. UFG-Goiânia, 2009.
- POERNER, Artur J. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária*. – São Paulo: Editora Unesp, 2010
- SANTOS, Jordana de Souza. *A atuação das tendências políticas no ME da USP no contexto da ditadura militar dos anos 70*. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais).
- TONET, Ivo. *Do conceito de sociedade civil*. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/>. Acesso: 30/11/2012.